

Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina¹

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil.

e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva provocar o debate referente à construção conceitual sobre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais promovido pela geografia brasileira. Deste modo, primeiramente percorremos o debate seminal sobre a chegada do tema de pesquisa na geografia brasileira, sua fundamentação e criação conceitual, suas especificidades, embates e críticas e, em seguida, apresentamos as respectivas contribuições de autores nacionais. Com o objetivo de reforçar a fundamentação, fatos e elementos do MNCI são exemplificados para mostrar as contribuições da perspectiva geográfica e reforçar as potencialidades da abordagem espacial e territorial em um outro território latino-americano.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; movimentos socioespaciais; disputa territorial; conflito; geografia.

When the mother is born and his struggle for “all”: a brief analysis on the formation of the National Peasant Indigenous Movement (MNCI) in Argentina

Abstract

This article aims to provoke the debate about the conceptual construction on socio-spatial movements and socio-territorial movements promoted by Brazilian geography. In this way, we first point out the seminal debate on the arrival of the research theme in Brazilian geography, its foundation and conceptual creation, its specificities, clashes and criticisms, and then we present the respective contributions of national authors. In order to reinforce some reflections, facts and elements of the MNCI are exemplified to show the contributions from the geographical perspective and the potential of the spatial and territorial approach in another Latin American territory.

Keywords: Socioterritorial movements; socio-spatial movements; territorial dispute; conflict; geography.

Quando nace una madre y su lucha por todos: breve análisis sobre la formación del Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) en Argentina

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo la discusión sobre la construcción conceptual de los movimientos socioespaciales y movimientos socioterritoriales promovida por la geografía brasileña. De esta manera, primero señalamos el debate seminal sobre la llegada del tema de investigación en la geografía brasileña, su fundación y creación conceptual, sus especificidades, enfrentamientos y críticas, y luego presentamos las respectivas

¹ Parte deste debate contou com o apoio da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

contribuciones de autores nacionales. Para reforzar algunas reflexiones, se ejemplifican hechos y elementos de la MNCI para mostrar las contribuciones desde la perspectiva geográfica y el potencial del enfoque espacial y territorial en otro territorio latinoamericano.

Palabras-clave: Movimientos socioterritoriales; movimientos socioespaciales; disputa territorial; conflicto; geografía.

Introdução

Este artigo é produto tanto de reflexões teóricas sobre a contribuição geográfica e o conceito de movimento socioterritoriais, sobretudo realizadas no âmbito do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Rede DATALUTA, quanto de um conjunto de procedimentos de revisão de materiais jornalísticos, entrevistas com lideranças, participação em eventos e trabalhos de campo relacionados ao MNCI. O principal motivo por trás deste manuscrito é o crescimento e uso do conceito de movimentos socioterritoriais no Brasil e América Latina e, sobretudo, sua operacionalização pelos próprios sujeitos pesquisados, pois, cada vez mais, o território tem se tornado instrumento lógico, de análise e de prática na luta cotidiana nos movimentos socioterritoriais nos campos, cidades e florestas.

A geografia brasileira vem mostrando para o mundo outras possibilidades de se entender as lutas e resistências, especialmente no que se refere à América Latina. Aquilo que em outro momento chamamos de contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e *contentious politics* tem ganhado cada vez mais sentido perante o ostensivo avanço da razão neoliberal e, portanto, o território tem se tornado instrumento de recriação e resistência de diversos sujeitos que buscam resistir e/ou não manter relações subordinadas. Hoje, podemos dizer que o território está cada vez mais vivo e não detém tão somente sentido hegemônico, pois os movimentos os subverteram ressignificando-o *desde abajo y para el Pueblo*. As bordas e fronteiras que comumente são excludentes e via-de-regra flexíveis para uma globalização excludente e fetichista, tem se tornado imprescindíveis para que determinados sujeitos resistam no mundo da razão neoliberal.

Face a essa realidade permeada pelas disputas constantes que na primeira parte apresentamos alguns aspectos que consideramos relevantes sobre a análise das ações coletivas na Geografia brasileira através de uma leitura crítica relacionada às especificidades epistêmicas e na segunda parte detalhamos alguns aspectos que compreendemos importantes sobre a formação, projetos políticos, conexões, pautas, territórios e a lógica-racionalidade espaço-temporal do MNCI.

Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais: uma breve contextualização e fundamentações

No Brasil, a Geografia Crítica foi a principal responsável por trazer as pautas, as categorias, o método e o vocabulário, sobretudo, do marxismo para a produção do conhecimento geográfico (SANTOS, 2008). Esse processo de inovação foi revolucionário não somente por abrir um novo leque de objetos de pesquisa, mas também por levar à criação de uma Geografia mais militante e preocupada com as causas sociais: o caminho pelo qual a maior parte dos temas referentes a ações coletivas foram discutidos. É sabido dos preciosos trabalhos pioneiros de Josué de Castro (1967) e Manuel Correia de Andrade (1986), mas as ações coletivas começaram a chegar com mais força e de modo mais pulverizado na Geografia, sobremaneira, a partir da década de 80 e com forte influência da Associação dos Geógrafos Brasileiros (PEDON, 2009).

Especialmente dominado pelo ensejo de se compreender as contradições e problemáticas originário da economia política, a Geografia avançou na proposta realizando diversos trabalhos de destaque, tais como: a análise de Satiê Mizubuti (1986) sobre a compreensão de bairros e favelas enquanto sub-espacos onde ocorre a reprodução do proletariado; a leitura sobre ativismo e a inseparabilidade espaço-sociedade realizada por Marcelo José Lopes de Souza (2000, 2009); a contribuição de José Borzacchiello da Silva (1992) sobre os registros espaciais provenientes da relação entre povo e poder no âmbito das formações capitalistas; a crítica às dicotomias e a prática de uma Geografia para desvendar as máscaras sociais de Ruy Moreira (1980); leituras sobre as organizações e os conflitos no campo destacada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988); Bernardo Mançano Fernandes (1994; 1999) promovendo uma contribuição ao estudo do campesinato através da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil; e Renato Emerson dos Santos (2006) com o que denomina enquanto Geografia da organização dos movimentos sociais e geografia das lutas sociais na perspectiva espacial.

Diversos outros trabalhos surgiram ao longo das décadas subsequentes. Porém, poucos foram os que de fato buscaram realizar uma leitura geográfica sólida ou propuseram ir além de aplicações ou “modelos” de análise importados de outras ciências. Apesar da maioria passar ao largo dos esforços teóricos, ainda na década de 90, Jean Yves Martin (1997) e Bernardo M. Fernandes (2005) propuseram duas construções conceituais: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais.

Neste contexto, Bernardo M. Fernandes fora o teórico que mais aprofundou o debate e as leituras atentas às especificidades da ciência geográfica mais tarde debatidas e aprofundadas também por Pedon (2009) e José Sobreiro Filho (2013, 2016, 2018). De certo modo, de acordo com Sobreiro Filho (2016), esta proposta inaugurou o início de uma ruptura com: a hegemônica dependência de um referencial teórico das outras ciências na Geografia

na análise de ações coletivas e políticas contenciosas; a utilização conceitual sobre território com propriedades multidimensionais, multiescalares e analisados a partir de uma tipologia (FERNANDES, 2009a, 2009b); a validação das construções amparadas na história do pensamento geográfico; o uso de uma cartografia crítica sobre o tema (GIRARDI, 2008), a promoção de análises comparativas trans e multiescalares, a revisão das incoerências das importações e usos equivocados de paradigmas e correntes antagônicas; e o olhar atento às especificidades latino-americanas em detrimento dos referenciais embasados em lógicas extrínsecas.

Em outras palavras, podemos dizer que a Geografia brasileira estreou um debate que saiu de uma histórica condição subalterna às demais ciências humanas (sociologia, história etc.) para uma proposta teórico-metodológica autêntica, protagonista e que, portanto, passou a construir um modelo particular de análise desde suas especificidades epistemológicas para se interpretar as ações coletivas (PEDON, 2009). Apesar de alguns críticos denominarem como uma negação das demais ciências, esse processo caracterizou-se tanto pela construção de uma autonomia quanto pela complexificação da análise com o fito de contribuir com as demais ciências e cumprir uma de suas propostas seminais: a análise dos fenômenos desde o espaço e o território. Aos poucos a construção deste instrumental de análise tornou-se não somente e reconhecidamente lógico e eficiente, mas também provocante por significar uma ruptura devido ao fato de ser a primeira proposta autônoma da Geografia brasileira na análise deste fenômeno comum e dominado pelas demais ciências.

Assim como a Geografia nasceu para as propostas teórico-conceituais das ações coletivas as mesmas também para a Geografia deixando dialeticamente um legado e uma agenda de trabalho. Isso não quer dizer que não houve contribuições relevantes da Geografia brasileira para analisar movimentos sociais, mas podemos afirmar que as mesmas não se ativeram em teoriza-los desde as especificidades epistêmicas. A relevância em tal dedicação sobre a geografização justifica-se pela necessidade de superação dos inúmeros equívocos que as importações de conceitos e categorias de outras ciências podem promover se não corretamente adaptadas (SANTOS, 2008).

O debate sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais emerge como uma resposta a esta situação. Nas palavras de Fernandes (2005), as contribuições promovidas pelos sociólogos em relação a movimentos sociais voltam-se mais para as formas de organização e relações sociais para explicar as ações, e que, portanto, contribuem parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos. Não obstante, Martin (1997) assevera que embora os movimentos tenham uma nítida dimensão espacial, raramente são analisados geograficamente. Em síntese, ambas as afirmações evidenciam uma lacuna na análise geográfica das ações coletivas.

Neste contexto, Fernandes (2005), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2013) destacam a importância de se promover uma análise atenta à abordagem da produção do espaço, às relações territoriais e suas multidimensionalidades. Fernandes, por meio do debate com as categorias geográficas, é o primeiro a buscar conceituação:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespaciais ou socioterritoriais e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2010) ainda destacam que este instrumental teórico-metodológico é produto de uma proposta epistemológica atrelada ao campo de formulações teórico-conceituais oriundas da Geografia. O trato geográfico torna-se nítido através da análise espacial e territorial dos sujeitos coletivos:

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes (PEDON, 2009, p. 228).

Ainda assevera Pedon (2009) que a proposta conceitual se constitui como um momento de desenvolvimento da Geografia, pois amplia a sua experiência de pesquisa ao mesmo tempo em que dá os primeiros passos para sair da condição de orientada para orientadora na produção de conhecimento sobre algumas ações coletivas. A inauguração desta nova posição na pesquisa social se iniciaria por meio das categorias espaço e território. O debate ganhou fôlego e aos poucos outros elementos e níveis de análise passaram a povoar o debate, dentre eles sobre a espacialidade, territorialização e desterritorialização:

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos

socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 31).

Os movimentos socioterritoriais passaram a ser analisados como sujeitos protagonistas e relevantes na leitura do processo de produção do espaço e disputa territorial permeada pela conflitualidade (FERNANDES, 2009a). Os movimentos socioterritoriais do campo foram os principais referenciais para essas elaborações teórico-conceituais. Face a uma questão agrária complexa e conflituosa ao ponto de engessar uma necropolítica específica (SOBREIRO FILHO, 2019), e através de um instrumental teórico-metodológico que subverte para ampliar o potencial explicativo que permite analisar as políticas contenciosas e conflitualidades como lutas por espaço e território (SOBREIRO FILHO, 2016).

Ainda segundo o autor, os movimentos socioespaciais caracterizam-se como ações coletivas voltadas ao processo de produção, consumo e/ou transformação direta e/ou indireta do espaço para afirmar, contrapor ou construir novas lógicas-racionalidades espaço-temporais. Em Fernandes (2005) os movimentos socioterritoriais tem o território enquanto o trunfo de sua existência e Sobreiro Filho (2013, 2016) destaca que os territórios são tanto sua negação quanto sua afirmação, pois enquanto vários foram criados a partir da promoção de modelos excludentes (territorialização desterritorializadora), apesar de parecerem contraditórias para alguns perfis de movimentos, são o instrumento fundamental para a resistência e re-existência. Além desta perspectiva, o trabalho de Sobreiro Filho (2016) contribuiu: evidenciando o histórico do debate sobre as primeiras ações coletivas na geografia brasileira; identificando as mudanças nas análises como parte das transformações paradigmáticas na geografia brasileira; avançando no debate sobre teoria da produção do espaço em relação às disputas territoriais e a conflitualidade; promovendo o debate da política das escalas praticadas pelas organizações e a relevância das redes; realizando a análise das qualidades do conflito; promovendo a aproximação e análise comparativa entre os debates da geografia anglo-saxônica e suas ferramentas conceituais em comparação à escola nacional; e analisando os movimentos socioterritoriais através de padrões lógicos de realização de ações no espaço-tempo.

Sobreiro Filho (2016) também propõe que dentre os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais existem padrões lógicos de racionalização do espaço e do tempo. Esta perspectiva não considera somente a indissociabilidade homem-natureza-espaço, mas também dos tempos em todas as construções e ações/eventos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, ou seja, há sínteses histórico-geográficas e da produção do espaço-tempo em toda e qualquer relação promovendo uma constata convergência do passado, presente e devir.

As intencionalidades e potencialidades espaço-temporais se entrecruzam e interseccionam constantemente e constituem de modo presente também enquanto base

racional e sentimental motivadora tanto de sua criação e subordinação de uma dimensão pela outra, quanto na produção do devir. Enfim, pode-se dizer que são compartilhadas e construídas coletivamente, de modo hierárquico ou heterarquico, através de redes e de espaços de convergências e/ou por meio da difusão de informações (SOBREIRO FILHO, 2017). Outro ponto destacado pelo autor é que a Geografia apresenta instrumental teórico que permite detalhar ainda mais a compreensão dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como, por exemplo, a variante reticular (Redes), territorial (Território), escalar (Escala), regional (Região), da paisagem (Paisagem), do Lugar e da Natureza.

Por fim, a tipologia de territórios é uma outra abordagem relevante para se compreender o conceito de movimento socioterritorial. Segundo Fernandes (2009), território é um conceito caracterizado por distintos tipos: 1) Estado-Nação e Estado Territorial; 2) Propriedade; 3) Relação social. Os três territórios se encontram nesta perspectiva, mas com uma ação dialetizada, pois o território, instrumento conceitual e operacional, que historicamente foi visto como uma construção hegemônica do Estado foi subvertido. Indubitavelmente que a subversão também tem base em Território-Estados onde não há representação ou espaço para a totalidade dos sujeitos que o compreendem e que, portanto, tende a fazer com que os excluídos e/ou incluídos precariamente construam os seus territórios.

Em outras palavras, os territórios passam a ser constituídos como espaços determinados por relações de poder embasadas nas ações conflituosas e contraditórias existentes, tendo como base o conflito e a diferença, mas primando pela resistência, recriação e reprodução espaço-temporalmente expressos em forma de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Classe, raça-etnia, gênero, cultura etc. são exemplos mais notáveis desse processo no Brasil. Contudo, produz também múltiplos sentidos como, por exemplo, de um lado vê-se como essas relações podem contribuir para o enriquecimento multidimensional do território Estado-Nação para além de uma conformação hegemônica bidimensional (político-econômica), e do outro lado a ostensiva ofensiva com o fito de promover a redução da diversidade e da diferença tanto material e imaterial. Por fim, destacamos que as lutas pelo e no espaço e território(s) são uma necessidade real e a geografia não pode deixar de avançar teórica e analiticamente.

A formação do Movimento Nacional Campesino Indígena: fatos e elementos de uma disputa territorial organizada na Argentina

O MNCI surgiu de uma conjuntura de acúmulo de avanços da precarização da vida, da produção e do espaço rural nas últimas três décadas na Argentina. Isso quer dizer que, além das relações dispare estabelecidas desde o processo de ocupação e desenvolvimento

desigual promovido pela coroa espanhola e classes hegemônicas, as transformações políticas e econômicas que amplificaram a concentração de riquezas, as privatizações, a abertura do mercado, o avanço do neoliberalismo no campo e a instalação de corporações que conformaram o agronegócio e passaram a exercer diversos controles (tecnológico, mercados, produção de sementes, agrotóxicos etc.), foram fatos que compreenderam a transformação do espaço rural e o aprofundamento da questão agrária argentina.

O desenvolvimento deste processo ocorreu em detrimento da produção camponesa (diversa), em terras comunitárias e voltadas para o consumo popular, que, por sua vez, encontraram como opção, de um lado, a venda ou arrendamento e, do outro lado, o êxodo rural ou a migração para as áreas de fronteira agrícola. Ademais, esta realidade também manteve por detrás um conjunto amplo de outros conflitos por territórios, como o acesso à água para as pequenas produções, a expropriação e expulsão de famílias, a falta de educação do campo, a violência etc. (MOCASE-VC, 2010, 2012; UST, 2012).

Em síntese, pode-se dizer que tanto no passado quanto as mudanças mais recentes foram determinantes para o processo de articulação e, portanto, formação deste enquanto movimento socioterritorial e do protagonismo do mesmo², ou seja, é evidente que as conformações e os processos engendrados e tributados pelo e no processo de produção do espaço, aos auspícios da lógica capitalista e independentemente de dicotomias campo-cidade, foram determinantes na reticularização que confluíu na formação do MNCI.

As condições críticas produzidas pelo avanço do capital financeiro, pelos latifundiários e pelas corporações do agronegócio sobre o território tradicionalmente camponês, indígena e de trabalhadores também demandaram uma mudança radical no bojo dos movimentos socioterritoriais camponeses: a de passar a discutir a reforma agrária mesmo sem uma história tão expressiva de ofensivas populares em temas agrários.

A disputa territorial, debatida por Fernandes (2009a), tornou-se mais nítida nas relações de poder e produção ali estabelecidas e cujas referências da luta de classes e decoloniais fizeram-se presentes. Cabe destacar que uma questão ainda pouco valorizada do ponto de vista teórico e histórico da política contenciosa argentina são as ações coletivas ofensivas sobre o território do latifúndio e empresas. A história do MNCI é marcada por fatos tensos de resistência territorial que frearam o avanço do capital em várias porções do território

² Indubitavelmente, deve-se reconhecer o caráter protagonista do MNCI na Argentina em termos de construção da ofensiva no tocante à questão agrária tal como podemos observar na notícia “Entrevista a Diego Monton, membro do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) argentino e integrante da CLOC” publicada no site “<http://clocviacampesina.net/index.php/es/portugues/120noticiasemporugues/1733entrevistaadiegomontonmembrodomovimientonacionalcampesinoindigena>”, : “O contexto nos últimos 20 anos é de resistência. A ofensiva do capital financeiro e das corporações na agricultura se espalhou aos territórios historicamente camponeses e indígenas. É uma luta contra o avanço do agronegócio. Ao longo da história, não tivemos momentos de ofensiva popular na questão da terra, até quando se avançou na luta popular dos trabalhadores, a questão da terra não estava posta nesse projeto popular, e não tínhamos práticas relacionadas à Reforma Agrária. Nesse último período os movimentos camponeses começaram a pautar as outras organizações para tratar a questão da terra como central.” (CLOCVIACAMPESINA.NET, 2014, p. 1)

nacional ao mesmo tempo em que contribuiu para salvaguardar o território camponês-indígena.

Os mesmos vinte anos de transformações ostensivas no campo também significaram condições basilares para avançar no processo de conscientização e espacialização da luta pela terra, bem como de discussão da organização e construção de propostas. Diante desta conjuntura e das múltiplas insurreições políticas encontradas em diferentes localidades ao longo de décadas que se iniciou o processo de criação de um movimento socioterritorial de caráter mais amplo, cuja intenção era de promover uma articulação que alcançasse a escala nacional. Ou seja, significando um salto quantitativo e qualitativo, além do estabelecimento de intercâmbios e criação de pautas que representassem camponeses-indígenas enquanto sujeitos políticos:

Desde hace muchos años venimos fortaleciéndonos como Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI). Aquello que nació como articulación política en el marco de la Mesa Nacional de Organizaciones de la Agricultura Familiar fue tomando cuerpo orgánico y político a partir del año 2003, donde varias organizaciones (algunos con mucha trayectoria en el territorio provincial) fortalecimos la idea de construir un movimiento de carácter nacional y autónomo con desarrollo territorial y con la Soberanía Alimentaria y la Reforma Agraria como horizontes en el camino hacia una nueva sociedad, donde no existan explotados ni explotadores, y en la cual convivamos con la madre naturaleza sin agredirla como en la actualidad (p. 3, 2010, Falta Menos – MNCI).

O território é um denominador comum para os movimentos/organizações que compreendem a tessitura reticular do MNCI, ou seja, o sentido do território para com a reprodução social do campesino-indígena foi desvelada no conjunto de relações alicerçadas no território e que diferenciam estes sujeitos políticos de outras formas de organizações:

Uno de los puntos más claros que nos separa del actual modelo es la relación que las comunidades tenemos con el territorio. Para los campesinos e indígenas el territorio, el agua, la tierra, no son una mercancía. Los políticos, las empresas y la Justicia lo ven como mercancía y propiedad privada, pero para nosotros es una historia, una cultura, nuestros ancestros. De ahí la lucha tan fuerte por estos bienes no es algo discursivo, tiene que ver con defender una forma de vida que sentimos propia (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9).

Desenvolvimento Territorial, Soberania Alimentar³ e Reforma Agrária se constituíram como pautas maiores desde o início da fundação do MNCI em 2003⁴. Pode-se dizer que a partir desta realidade, promovida pela convergência dos processos e tempos no espaço, que o MNCI passou a congrega mais de vinte mil famílias de agricultores camponeses-indígenas.

³ É fundamental destacar a profundidade de tais pautas no bojo da compreensão do MNCI na resolução de problemas estruturais de um país, tal como podemos observar no tocante à soberania alimentar: “Sólo es posible salir del hambre si el país apuesta por la soberanía alimentaria, que es la posibilidad de que el país tenga un propio proyecto alimentario, que produzca la variedad de alimentos que necesita y no que vengan las semilleras y químicas a imponer qué debemos producir.” (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9)

⁴ Tais bases refletem também uma objetiva influência tanto da Via Campesina quanto da Cloc.

Sua identidade, compreende também a conjunção de diferentes posicionalidades socioespaciais (cores/raças, classes, gerações, gênero etc.) arregimentadas entorno de um projeto popular “desde abajo” e contra a noção de “*explotados y explotadores*”⁵. A formação do MNCI, enquanto um movimento-rede socioterritorial, é a composição da multiplicidade de identidades e, portanto, produto da articulação⁶:

- MOCASE-VC – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;
- MCC – Movimiento Campesino de Córdoba;
- UST – Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza;
- Red Puna;
- Movimiento Campesino Misionero y el Encuentro Calchaquí.

Determinados eventos constituíram-se como marcos na história do MNCI e partes de um processo de constituição e fortalecimento de uma identidade nacional a partir de múltiplos espaços que representavam o caráter camponês-indígena. O Primeiro Encontro do MNCI, realizado entre 28 e 30 de outubro de 2006 na UNC em Mendoza, contou com mais de 600 participantes e diversas atividades⁷, tais como: conferências; discussões; organização de comissões; místicas; uma feira; uma celebração cultural (peña); e uma manifestação⁸.

Como produto do primeiro encontro do MNCI, além de uma manifestação, foi elaborada uma declaração final destacando diversos pontos e construções oriundas dos dias

⁵ É comumente citado em inúmeras notícias a multiplicidade que compreende a identidade campesinoindígena, sobretudo, se diferenciando do próprio agronegócio tal como podemos ver nos trechos “Crían animales para autoconsumo y cosechan algodón, son arrieros y trabajadores de la vid, hacheros y productores de carbón. Poseedores ancestrales de parcelas donde trabajan y viven desde hace generaciones. El Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) está integrado por quince mil familias de siete provincias, la base de la pirámide rural, hombres y mujeres que les ponen el cuerpo a los trabajos duros del campo, manos curtidas e ideas claras. “No sembramos soja, no entendemos la tierra como un negocio, no somos ricachones que explotan a trabajadores rurales. Quizá por eso los medios de comunicación y la clase política no nos llaman ‘campo’, resumen.” (PAGINA 12, 2009, p. 1). Ademais, também destaca-se em relação ao agronegócio de modo mais objetivo “El verdadero campo no tiene nada que ver con eso: la tierra, la naturaleza y las familias campesinas son vida, solidaridad y trabajo.” e “Actualmente, la verdadera población rural está siendo avasallada por la Mesa de Enlace, el agronegocio, que intenta despojarnos de la tierra y los medios para producirla. Invierten mucho dinero en crear esa falsa imagen de que son campechanos y laboradores, pero es todo un cascarón armado junto con los medios de comunicación.” (PAGINA 12, 2009, p. 1). Tais compreensões incorporam uma crítica relacionada à redução das retenções como sinônimo de mais produção de soja e, portanto, menor espaço e maior ameaça aos camponeses e povos de ocupações tradicionais.

⁶ Informação retirada de Muñoz (2012) e da notícia “Campesinos Organizados de todo el país se reúnen en Mendoza” (<http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/456432.php>).

⁷ Assim como em diversos encontros realizados por movimentos socioterritoriais camponeses, especialmente o MST, é realizado um ato durante os eventos. O primeiro Encontro do MNCI também não fugiu à regra: “Prensa De Frente en Mendoza - Con una imponente y colorida marcha que atravesó la ciudad de Mendoza y culminó frente a la gobernación provincial, se cerró el lunes el encuentro organizado por el Movimiento Nacional Campesino Indígena, del que participaron más de 600 personas de casi todas las provincias y que significó un paso importante para la consolidación de este espacio de articulación del sector rural en lucha. Lo llamativo fue la diversidad de organizaciones, grupos e invitados que asistieron, que enriqueció el debate e intercambio de experiencias.” (ARGENTINA.INDYMEDIA.ORG, p. 1, 2006)

⁸ No dia 30, último dia de encontro, foi realizada uma marcha saindo às 10:30 da manhã da cidade universitária da UNC (Universidad de Cuyo) e terminou na explanada da casa do governo da província de Mendoza.

de trabalho coletivos, como: identificação da violência e expropriações (leia-se desterritorialização); defesa da natureza e dos bens comuns; contra a exploração do trabalho, o agronegócio e a concentração de terras⁹; soberania alimentar, moradia, saúde, educação, produção e comercialização; sementes crioulas e trabalho comunitário; uso da tecnologia; valorização do saber camponês-indígena¹⁰; uso de agrotóxicos e a monopolização da terra e água¹¹.

Estes elementos consubstanciavam-se nos principais pontos destacados, “Reforma Agraria Integral” e “Soberania Alimentar”, aos auspícios da lógica central “contra os valores do capitalismo”. A expressão das construções que conformam a identidade, pautas e princípios que compreendem a luta dos movimentos ficaram ainda mais nítidas na própria declaração formulada ao término do Primeiro Encontro do MNCI:

*Declaración final del Encuentro Nacional Campesino Indígena
Durante los días 28, 29 y 30 de octubre de 2006, más de 600 delegados de organizaciones campesinas e indígenas de Argentina nos encontramos para intercambiar, debatir y reflexionar sobre nuestra realidad y nuestras prácticas. Al concluir estas intensas jornadas declaramos:
Que vemos a diario la tala y quema indiscriminada de bosques, el avance de la desertificación, la contaminación del agua, los desalojos violentos y fraudulentos de las familias campesinas e indígenas, la explotación de nuestros compañeros y compañeras en los obrajes y fincas, el éxodo a las ciudades, el uso indiscriminado de agrotóxicos, los suelos arruinados, las inundaciones consecuencia de los desmontes, la concentración de la tierra en pocas manos, y a millones de argentinos y argentinas, en su mayoría niños y niñas que hoy no pueden acceder a una alimentación básica ya que el modelo de nuestro país en la actualidad no produce alimentos para la población.
Que estamos unidos en defensa de nuestros derechos y queremos cambiar la realidad para lograr una Reforma Agraria Integral y la Soberanía Alimentaria de nuestro pueblo. Luchamos por la tierra y el territorio, contra la injusticia y un enemigo común: los valores del Capitalismo.
A favor de una vida digna que incluya la vivienda, salud, educación, producción y comercialización justa, la comunicación para todos y que sea respetada la vida campesina indígena, permitiéndonos permanecer en el campo. Por una producción que contemple el cuidado del monte, el ambiente y los bienes naturales, usando semillas criollas, con trabajo comunitario, priorizando los derechos de los niños y niñas por sobre todo. Con tecnologías apropiadas al servicio del hombre y no del capital. Donde exista una verdadera integración de la mujer con igualdad de derechos.*

⁹ “En la actualidad, el 82% de los productores en el país corresponde a familias campesinas y trabajadores rurales que ocupan sólo el 13% de la tierra. Mientras el 4% de las llamadas “explotaciones agropecuarias” es dueña de casi el 65 % de la tierra utilizada para la producción. Se estima en 200 mil las familias campesinas que fueron expulsadas del campo en los últimos años; aún así la pobreza rural alcanza a un 50 % de los pobladores. El monocultivo de soja ha destruido enormes superficies de bosques y liquidando otras actividades agropecuarias.” (Argentina.indymedia.org, 2006, p. 1-2)

¹⁰ A própria crítica à tecnologia compõe parte crucial no bojo do projeto e compreensão dos processos espaço-temporais que envolvem as lutas e resistências “Nosotros creemos que justamente ahí tenemos el Talón de Aquiles, y queremos dar esos debates con los gobiernos. Creemos sí en la tecnología, pero en función de las necesidades de los pueblos, con un modelo que sea soberano”, dijo Montón. “Cuando utilizamos la tecnología de las transnacionales, perdemos soberanía, nos subordinamos a su lógica”, concluyó.” (NOTICIAS.TERRA, 2013, p. 3)

¹¹ Informação retirada da notícia “Concluye el Encuentro Nacional Campesino Indígena con movilización en Mendoza” publicada em ambos os sites online www.rebellion.org/noticia.php?id=40368 e <http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/457789.php>

Soñamos entre todos y todas construir un nuevo poder, que sea popular y desde las bases, donde participen las familias y las comunidades, con autonomía e independencia, y que contribuya a una alternativa política democrática y participativa en conjunto con otros sectores del pueblo, familias desalojadas, la vuelta al campo de familias excluidas, y el acceso a la tierra y el agua por parte de quienes quieran trabajarla. Donde no existan más desalojos, cultivos transgénicos, ni empresarios explotadores.

Nos comprometemos a trabajar en conjunto para:

Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena, formar docentes campesinos indígenas y barriales, así como una universidad que revalorice los saberes populares.

Nuestro trabajo será fortalecer las organizaciones y generar nuevas, y promocionar una red de economía centrada en el trabajo. Difundir la realidad que atravesamos los campesinos indígenas dando a conocer nuestras luchas, nuestras acciones, instalando el debate sobre la reforma agraria y la Soberanía alimentaria en un nuestra sociedad. Aportando a una integración Latinoamericana.

Que el estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones campesinas e indígenas como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas, la implementación de programas proyectos y la ejecución y control de inversiones en el sector con asistencia directa a las organizaciones sin intermediarios de ningún tipo.

Para esto invitamos a mas organizaciones a sumarse, a movilizar juntos en las ciudades y en el campo, a intercambiar semillas y productos, a encontrarnos, a realizar pasantías e intercambios, a formarnos, a sumar mas jóvenes y recuperando nuestra historia reforzar los valores campesinos indígenas como base de la nueva sociedad.

Reforma agraria y soberanía Alimentaria

Territorio, trabajo y justicia!! (p. 1-2, publicado em Argentina.indymedia.org, 2006, Grifo nosso).

Ao passo em que a declaração do Primeiro Encontro realizou duras críticas à forma de produção capitalista, o movimento apresentou um amplo conjunto de críticas acintosas que expressavam a composicionalidade de seu respectivo território material e imaterial¹². As críticas referentes à produção e organização do espaço tem suas bases na perspectiva territorial do capital que afeta princípios da produção do espaço do próprio movimento, sendo assim pode-se dizer que expressa também o que é proposto e importante como pauta de luta, produção e transformação do espaço e estabelecimento e desenvolvimento do território campesino-indígena. Por exemplo, o acúmulo e concentração de terras e águas, os desmatamentos (desmontes), os usos indiscriminados de agrotóxicos e transgênicos, a contaminação das águas e a desertificação, a exploração do trabalho e expropriações etc., pressupõem não só a negação, mas também os elementos e processos a serem transformados e rechaçados no bojo de uma transformação espaço-temporal popular.

Podemos identificar exemplos do rechaço a este modelo no seguinte apontamento:

“En los últimos 15 años la concentración de la tierra se ha agravado las profundas desigualdades sociales en el campo, así el 82% de los productores corresponde a familias campesinas y trabajadores rurales que ocupan solo el

¹² Vale destacar que parcela central desta perspectiva pode ser encontrada na consigna “Territorio, Trabajo y Justicia”. Demais informações podem ser encontradas na notícia “Territorio, Trabajo y Justicia” publicado em <http://argentina.indymedia.org/news/2006/11/457929.php>

13% de la tierra. Mientras el 4% de las llamadas "explotaciones agropecuarias" se ha eco duena de casi el 65 % de la tierra utilizada para la producción. Las estimaciones de expulsión de familias campesinas hablan de mas de 200 mil que expulso la fiebre neoliberal de los noventa empujándolas a los bordes marginales de nuestras grandes (el 25% de esta población como proveniente del interior profundo). [...] Nuestros bosques y nuestros suelos vienen cargando con la presion de una macroeconomía que privilegiaba el monetarismo y la llamada estabilidad fiscal en los 90 y hoy las monedas caras de los mercados de consumo en los países centrales, lo que viene agudizando los grandes negociados de los recursos naturales. El monocultivo de Soja ha destruido enormes superficies de bosques y liquidando otras actividades agropecuarias de valor local como la lechería, la fruticultura, el trigo y al maíz tan importante en los procesos que garantizan alimentos disponibles y baratos a nivel local. El modelo tecnológico de las agronegocios, se basa en grandes extensiones de tierras sin gente, desiertos verdes donde empresas semilleras, farmaceuticas y de agrotóxicos encadenan la independencia económica de los agricultores, controlando todos los resortes productivos como el suministro de insumo y la compra de productos, uniformizando calidades y la cultura productiva, convirtiendo al agro en una industria donde no hay comida ni trabajo. Importante es destacar el avance de la ganadería de alta intensificación en las zonas áridas y semiáridas del país, desbastando enormes regiones boscosas con suelos de alta fragilidad para dar paso a la siembra de pasturas exóticas, muchas de nuestras comunidades rurales son así expulsadas a los desiertos zonas salinas y peladares (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2006, p. 2).

Em termos mais objetivos pode-se ler este rechaço a partir das respectivas propostas espaciais/territoriais do movimento, tais como: Reforma Agrária Integral, Soberania alimentar para o povo, direito à saúde, educação, comunicação, produção e comercialização, trabalho comunitário, retorno das famílias para o campo e acesso à terra para quem nela trabalha, integração das mulheres em direito de igualdade etc. Na perspectiva temporal¹³, expressando sobretudo a preocupação com o futuro e geracional, se além aos cuidados com os “montes”, o ambiente e os bens naturais, o uso de sementes *criollas*, preservação do conhecimento e cultura como território imaterial, respeito ao direito de “*niños y niñas*” etc.

Do ponto de vista da defesa, reconhecimento e preservação de tradições e saberes que compreendem o território imaterial, além das sementes criollas, destacam-se a formação de docentes camponeses, indígenas e “*barriales*” que revalorizem o saber popular e a apropriação e desenvolvimento tecnológico a favor do povo. No tocante ao Estado, ao passo que se destaca a exigência de leis que reconheçam a identidade camponesa e o papel deles na formulação de políticas públicas, também é primada a construção de um novo tipo de poder desde as bases, tendo participação das famílias e comunidade, e com autonomia e independência: popular.

Ademais, o modelo lógico sob o qual suas ações são racionalizadas, conforme sugere Sobreiro Filho (2016), tem evidenciado um caráter reticular tanto na articulação

¹³ Obviamente que a perspectiva temporal está presente em todas as outras por conta da indissociabilidade espaço-tempo, mas destacamos aqui como estratégia didática.

nacional quanto na internacional no tocante à integração latino-americana na CLOC e Via Campesina. Estas críticas expressam e pressupõem a existência de um espaço-tempo indesejado e estranhado ou adverso à existência e reprodução espaço-temporal camponesa-indígena e que, portanto, também apresentam um espaço-tempo potencialmente mais humanizado que pode ser dito de um modo direto como o espaço que se deseja.

No contexto composicional do MNCI como um movimento socioterritorial, sua formação, por meio da articulação de diversos outros, contribuiu no sentido de construir e reconhecer a existência de uma unidade constante no campesinato-indígena na Argentina. Conseqüentemente, a visibilidade camponesa-indígena também teve alterações, pois um dos objetivos do movimento foi de colocar como pauta sua identidade nas políticas públicas e nos programas dos governos, ou seja, disputando o território e as suas (re)existências e resistências a partir dos territórios imateriais e da disputa do Estado. Ademais, o MNCI já nasceu com uma agenda e estrutura complexa que representa a convergência de múltiplos espaços e identidades, significados simbólico-culturais, políticos e econômicos a partir de diferentes especificidades ao mesmo tempo em que forjou a sua própria como expressão dialética de uma uni-multiplicidade territorial. Um dos exemplos desse processo é a própria diversidade de espaços, dos respectivos movimentos socioterritoriais, que estão organizados em sua composição (mapa 1), sendo eles:

- Córdoba - MCC - Movimiento Campesino de Córdoba;
- Jujuy - Red Puna, Tierra Fértil;
- Mendoza e San Juan - UST - Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra;
- Misiones - COTRUM – Coordinadora de Trabajadores Rurales de Misiones;
- Região de Buenos Aires - MNCI Buenos Aires;
- Neuquen - MCNN – Mesa Campesina del Norte Neuquino;
- Salta - Encuentro Calchaquí;
- Santiago del Estero – MOCASE-VC – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;

Denota-se que os distintos territórios que compõem o MNCI, além de expressarem uma ampla diversidade de identidades, também mesclam problemáticas diferentes que permitem ao movimento maior identificação da conflitualidade gerada pela questão agrária a nível nacional. Noutro sentido, analisando as ações, pode-se dizer que a luta é um processo fundante na construção da identidade do MNCI e contribuiu para forjar as práticas a partir de diferentes especificidades socioespaciais (*selvas, quebradas, montañas y ciudades*) e também ao fato de que o movimento não se restringe ao instrumental de classe, ou seja, trazendo em seu centro a própria multiplicidade de sua composicionalidade que se verte em

discussões atentas à sua realidade (gênero, geração, raça, etc.). Uma evidência deste processo está em sua própria definição socioespacial:

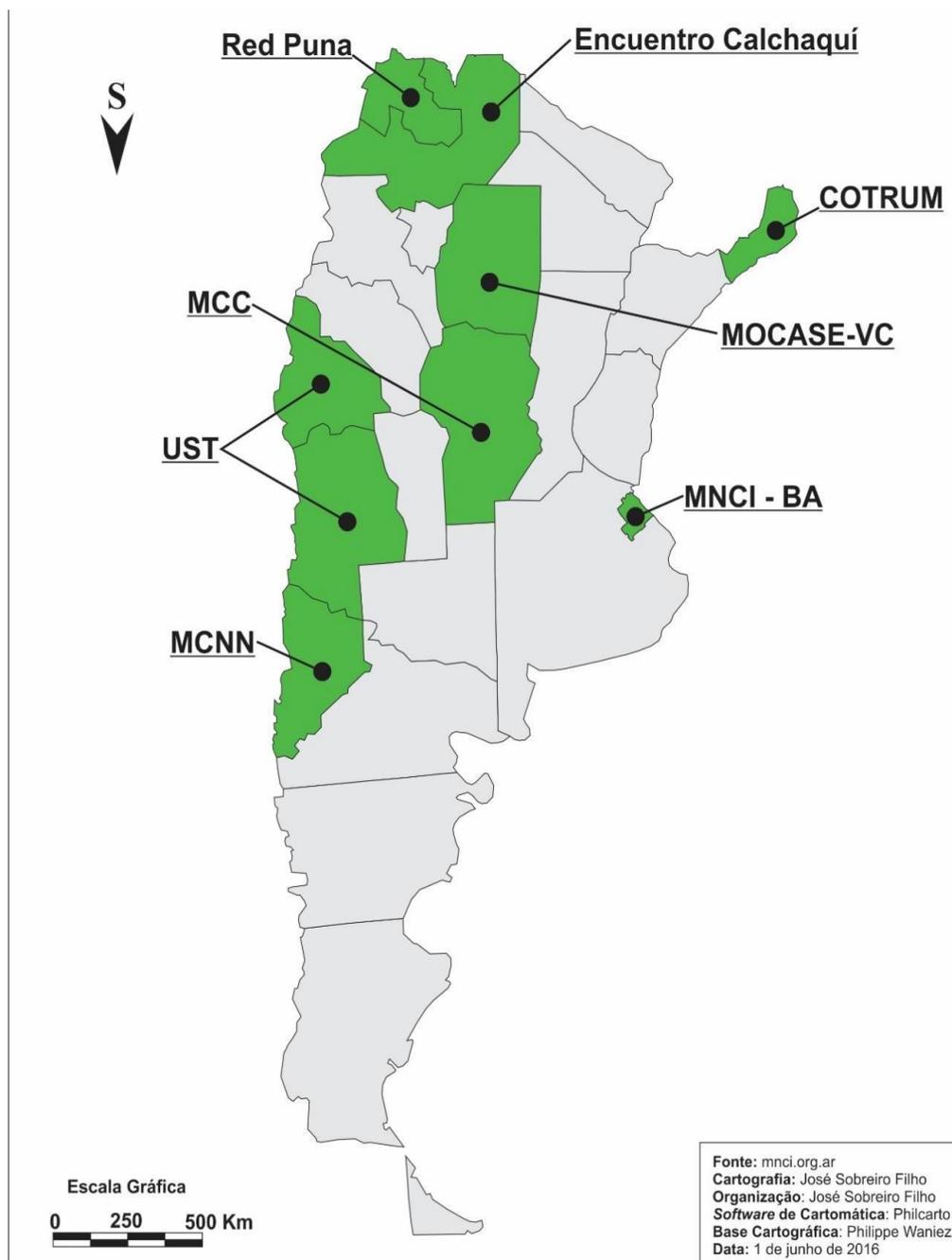
El Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) somos hombres y mujeres, jóvenes, viejos y niños organizados.

Empezamos desde abajo. En la lucha nos hicimos compañeros. Desarrollamos la lucha por nuestro territorio, por el agua, por las semillas criollas, por nuestro trabajo. Marchamos con alegría siempre.

Nacimos en selvas, quebradas y montañas. También nacimos en las ciudades. Somos todos parte de la tierra, porque sentimos que la tierra no tiene dueños. Trabajamos cuidando la naturaleza porque que nos da los alimentos, las plantas que nos protegen la salud, los ranchos, las herramientas.

Como movimiento nacional también construimos nuestras luchas con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y en todo el mundo con la Vía Campesina (MNCI, S/D, p. 1).

Mapa 1: Argentina – Movimento Nacional Campesino Indígena - Espaços



Fonte: org. pelo autor, 2016

Deste modo, diante de uma ampla diversidade de movimentos/organizações que compõem o MNCI, tem-se a criação de propostas que por si mesmas expressam a multiplicidade, dentre elas:

- *Lograr una reforma Agraria integral que abarque transformaciones económicas, políticas y culturales;*
- *Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena;*

- *Que el Estado garantice el acceso y la función social de la tierra. Eso se puede realizar redistribuyendo las tierras improductivas entre las familias que la necesitan;*
- *Fortalecer las organizaciones y generar nuevas;*
- *Que el Estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones populares como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas;*
- *Formar docentes campesinos indígenas y barriales y tener una Universidad que revalorice y contemple los saberes populares. (MNCI, S/D, p. 8)*

Direito a alimentação dos povos, dignidade, democratização são entendidos como parte do que se compreende por soberania alimentar. A agricultura camponesa, embasada em vínculos comunais, é tida como um dos caminhos para essa construção, mas tendo a atuação de um Estado que vise a proteção e fortalecimento da economia. A questão da titulação da terra é relevante e trás forte defesa de que não seja para negócio, mas para trabalho e, portanto, deve ser vista como um direito fundamental alcançado através da Reforma Agrária. Além da democratização de água e terra desde uma função social, também se defende a criação de sistemas de comercialização de alimentos, créditos, educação do campo, saúde e participação ativa nos projetos de Ordenamento territorial.

Suas propostas são produtos das trocas de experiências e construções coletivas e muitas características ainda estão fundamentadas no Primeiro Encontro do MNCI e em outros espaços de convergências como a Via Campesina e a CLOC, especialmente porque são organizações internacionais de referência (DESMARAIS, 2013; RIBEIRO, 2016). Em outras palavras, isso quer dizer que além de uma expressão da tessitura em rede também há uma forte influência de outras escalas e movimentos trans/multi-escalares que se traduzem de diferentes formas desde a articulação até a eleição de pautas centrais também defendidas pela Via Campesina e CLOC.

A participação nestes espaços é ainda mais nítida no tocante à própria composição dos mesmos em termos de participação efetiva enquanto Secretaria Operativa da CLOC¹⁴, visto que a secretaria ocupa um importante papel de resistência e tem como objetivo construir o socialismo no século XXI através das pautas: reforma agrária integral, soberania alimentar e construção dos socialismo comunitário na América Latina. Tal fato denota que o cruzamento de críticas e pautas tem seu substrato tanto num projeto único internacional denominado socialismo comunitário na América Latina quanto na definição identitária do movimento que, por sua vez, compreende uma perspectiva campesino-indígena internacional. Ademais, a composição de tal responsabilidade no bojo de um movimento com reticularidade em quase toda a América Latina também expressa o reconhecimento alcançado pelo próprio MNCI:

"Asumir la Secretaría Operativa significa un reconocimiento al crecimiento del MNCI y a las conquistas alcanzadas en la Argentina, en cuanto a que el

¹⁴ A secretaria foi assumida por Diego Montón (UST-MNCI) e Deolinda Carizzo (MOCASE-VC-MNCI).

campesinado salió del anonimato y se insertó en la discusión del modelo agropecuario. Pero también implica el enorme desafío de lograr articular todas las acciones de resistencia en América latina frente a la ofensiva de las transnacionales; así como acompañar a las comunidades que son agredidas, para darle visibilidad a la violación de derechos humanos de campesinos en toda la región", dijo a LA NACION Diego Montón, integrante del MNCI. Añadió que será tarea de MNCI coordinar el trabajo para "detener el acaparamiento de tierras en el continente y sentar las bases para construir la soberanía alimentaria" (LA NACION, 2013, p. 1)¹⁵.

A própria articulação também demanda posicionamentos e maior compreensão e intercâmbio sobre os processos que passam em outros espaços e territórios, especialmente diante do desafio de contribuir para a construção de condições para o socialismo na América Latina (DIACRONICA, 2013, p. 1). Também vale destacar que o MNCI passou a realizar suas atividades e a pensar os planos de ações reticulares a partir de múltiplos contextos em prol do desafio de “*globalizar la solidaridad*”, além de soberania alimentar e Reforma Agrária e, conseqüentemente, enfrentar as múltiplas ofensivas em ampla escala.

A atividade da secretaria operativa alterou o MNCI, especialmente pelo maior conhecimento de processos, fatos e elementos políticos. O seu discurso e lógica passou a compreender uma perspectiva voltada, sobretudo, para a escala identitária latina, destacando: a multiplicidade de povos; as violências; os governos; a unidade latino-americana; articulação das lutas; as empresas transnacionais; as disputas por territórios e bens naturais; os povos camponeses e indígenas compreendidos como obstáculos para o modelo de desenvolvimento do capital; articulação; produção e difusão de informações de luta e resistência.

Outro exemplo de como a lógica-racionalidade espaço-temporal e reticular se expressam em escalas que se entrecruzam e apresentam-se enquanto uma necessidade evolutiva da própria luta, conforme apontamos anteriormente no tocante à Via Campesina e CLOC, expressa-se no próprio modelo econômico que não se prende às clivagens construídas pelas escalas locais, estaduais e nacionais:

“A reflexão que fazemos de 2009 para cá é de um contexto onde as lutas nacionais tem limites. E a liberação dos povos por meio de uma ofensiva popular depende da capacidade de se unir em nível continental. O modelo econômico mantém o nosso continente subordinado, e se não pensarmos em articular uma ofensiva de lutas populares integradas, podemos retroceder facilmente. Estamos em uma etapa em que os processos nacionais são importantes, mas temos que encontrar os mecanismos para que tenham uma coordenação à nível continental, e a CLOC-Via Campesina pode ser uma das ferramentas que nos permita isso” (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2014, p. 2-3).

Contudo, tal articulação também não se desprende do princípio popular (*desde abajo*) do MNCI e muito menos está encarcerada às suas próprias organizações. Pelo

¹⁵ Disponível em www.lanacion.com.ar/1565322encuentrodeorganizacionescampesinasdeamericalatina

contrário, as comunidades e organizações, em uma perspectiva que valoriza a diversidade, que o compõe são a base de todo o processo em desenvolvimento. Assim, o movimento prostra-se aberto à soma e intercâmbio para com demais organizações:

“Desde nuestras comunidades y organizaciones venimos de una historia de resistencia activa y lucha sistemática contra este modelo que nos excluye y que pretende transformarnos en postales del pasado como signo del atraso. Sin embargo estamos convencidos de que nuestras comunidades son la reserva moral y ética de nuestro pueblo, y que nuestros sistemas productivos son mas sabios y humanos que los que pretenden imponer hegemónicamente.

Luchamos por la dignidad de permanecer en el campo, trabajando nuestra tierra, luchamos por la vuelta a la tierra de las familias que hoy son excluidas. Luchamos por La Reforma Agraria Integral y la Soberanía Alimentaria.

Porque apostamos a la diversidad como una fortaleza, invitamos a las organizaciones campesinas e indígenas de base, locales, territoriales o provinciales a participar de este encuentro de manera de intercambiar la realidad de cada lugar, a reflexionar sobre nuestras experiencias y prácticas y debatir sobre el camino a seguir para la construcción de la Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria, como elementos indispensables para transformar nuestra sociedad en una sociedad mas justa, con una verdadera distribución de la riqueza que consolide la paz social” (ARGENTINA.INDYMEDIA, 2006, p. 2)¹⁶.

Assim como a Via Campesina, a CLOC, o MST e demais movimentos/organizações socioterritoriais, o agronegócio, por sua “racionalidade” desumana, força e capilaridade com as encasteladas instituições estatais e organizações do capital, se constitui como um ponto importante para a diferenciação da identidade e propostas para a produção do espaço campesino-indígena do MNCI.

Podemos identificar mais claramente tal contexto de dois modos objetivos, sendo o primeiro os privilégios ofertados pelo Estado para o agronegócio que se expressam em subsídios, e o segundo na efetivação do primeiro em detrimento dos povos campesino-indígenas que não tem espaço com participação real (leia-se *desde abajo*) para a elaboração e usufruto de seus direitos, ou seja, política pública popular de desenvolvimento territorial.

Todavía, a problemática não se restringe à desigualdade, mas ao(s) processo(s) que a mesma gera. Em termos objetivos, podemos observar nitidamente tal fato na crítica relacionada à redução das *retenciones* visto que podem denotar ameaças aos territórios camponeses e indígenas, sendo assim uma consequência eminentemente territorial para as classes menos abastadas. Assim, passam também contradições viscerais nos espaços de organização arregimentado pelo próprio governo:

El modelo que la Mesa de Enlace es totalmente contradictoria con la vida campesina e indígena. Ellos son nuestros principales enemigos en el territorio porque son quienes con topadoras y guardias armados, con la complicidad de policías y jueces corruptos, intentan despojarnos de nuestras tierras, rocían con venenos desde aviones nuestras comunidades, contaminan nuestras aguadas y explotan a los campesinas e indígenas que deben

¹⁶ Disponível em <http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/456432.php>

trabajar como peones en sus campos (*Entrevista concedida ao EcoPortal.net, 2009, p. 5*).

Tais contradições evidenciam que estes espaços governamentais, em sua essência, não reconhecem as perspectivas propostas pelos movimentos populares. Em termos objetivos, pode-se dizer que estas construções hierarquicamente impostas estão fadadas à incompletude se restringem à uma encenação pelo erro banal de assimilar o espaço e, portanto, sujeitos políticos que o são, o produzem-consomem-transformam e são produzidos pelo mesmo.

Ademais, parte importante do movimento deve-se ao fato de que os próprios governos não criam espaços reais de construção popular e sequer diálogos que não configurem novas roupagens de imposições hierárquicas, especialmente com organizações que realizam enfrentamento e resistência territorial material e imaterial perante o capital e, especificamente, o agronegócio. Em outras palavras, tal realidade apresenta certa descrença sobre o governo perante a perspectiva e potencial campesino-indígena que se verte desde o desprezo político e a falta de diálogo até o incentivo mais firme ao capital em detrimento dos territórios populares e das políticas públicas de desenvolvimento para os mesmos que vão além do caráter paliativo:

También contamos con proyectos de ley concretos sobre problemáticas campesinas indígenas, redistribución de tierras basada en la reforma agraria integral, iniciativas productivas comunitarias, desarrollo local y economía social, educación y salud para el sector. Contamos con experiencias concretas de tecnologías renovables, escuelas de agroecología y producción de alimentos sanos. Pero son propuestas no escuchadas por medios de comunicación y clase política (*ECO PORTAL.net, 2009, p. 9*).

Por fim, o MNCI representa uma estrutura reticular complexa e territorialmente diversa (nacional e internacionalmente), portanto, também goza de um vasto referencial de experiências e debates políticos que compõe sua base lógica na racionalização dos espaço(s)-tempo(s). Seus territórios compartilham semelhanças e diferenças em distintas dimensões (econômica, cultural, social, ambiental e política). As diferenças enriquecem o debate, a identidade, o modo de se fazer política e os territórios. As semelhanças lhes garantem os vínculos, as trocas, a solidariedade, a continuidade etc.

Considerações finais

A organização de um movimento em escala nacional contribuiu para dar visibilidade, embasada em unidades comuns e conferindo força política à respectiva identidade, fato que também desvelou ao longo dos anos as escalas de atuação e organização como instrumentos políticos importantes, especialmente face ao neoliberalismo e ao imperialismo. Isso quer dizer

que a racionalidade escalar possibilitou um novo modo de se fazer a política contenciosa e produzir espaços e territórios. Além disso, tal organização também evidencia uma forma de buscar criar soluções nacionais para os atingidos, bem como denunciar as violências que sofrem e os conflitos que os envolvem do local ao global.

Mas o MNCI deu início não somente à visibilização do campesinato em escala nacional, mas também ao fortalecimento das articulações, na formação política crítica e na difusão das tecnologias e saberes camponeses e indígenas. Os saberes tradicionais, as técnicas e tecnologias desenvolvidas em seus territórios articulados foram se interseccionando por meio de intercâmbios de diferentes experiências marcadas pela solidariedade, da luta à produção e formação, mas sempre em espaços de resistência local e global.

É fundamental reconhecer que o MNCI marcou o início de uma representatividade forte e protagonista também no bojo das redes de resistência na América Latina e no mundo, capaz de apresentar elementos para formular a crítica nacional e pluriterritorial à Questão Agrária Argentina e latino-americana. Parcela relevante da integração da Argentina nas agendas globais de luta devem-se ao MNCI, uma vez que é competente para operar em distintas escalas e com agendas articuladas. Essa característica decorre, em boa parte, de sua composição por outros movimentos socioterritoriais e, por sua vez, atribui uma agenda complexa à formação do MNCI, fato que o torna peculiar.

A formação do MNCI é fruto de um processo permanente de intercâmbio de reflexões, debates e práticas coletivas que se desenvolvem no transcorrer de diferentes temporalidades e espacialidades. Da mesma forma que as técnicas, lastreadas em diferentes temporalidades e espacialidades, são desigualmente distribuídas no espaço, as ações, os processos e as estruturas e formas de socialização política são também expressões das relações abissais.

Outro aspecto digno de nota trata-se do amplo sentido (material e imaterial) conferido ao território, que, por sua vez, expressa desde a recuperação e uso de sementes crioulas e a luta por uma educação camponesa-indígena até a posse da terra “para quem nela trabalha”, construção de mercados justos, políticas públicas etc. Ademais, no próprio sentido material, assim como no imaterial, a compreensão de território do MNCI é multidimensional (política, social, cultural, ambiental e econômica), ou seja, não se restringindo à noção econômica comumente tida como sinônimo de uma lógica pecuniária sobre ele e os bens comuns. Outro ponto a se considerar é que o sentido de território também é mútuo e amplo porque mescla identidade(s) que dependendo do contexto temporo-espacial é camponesa, indígena ou camponesa-indígena juntamente com as especificidades espaço-temporais tal como podemos observar em casos de transumância, ocupações tradicionais e campos comunitários. Por fim, ainda caber destacar que, embora seja uma articulação nacional, o

MNCI não busca a homogeneização. Pelo contrário, sua existência tem valorizado a composição espacial heterogênea e a diversidade das posicionalidades socioespaciais ao passo em que realiza a identificação de problemas e conflitos comuns, bem como a luta pautada em um projeto múltiplo e comunitário.

Referências

ANDRADE, M. C. **As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963)**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch... et al. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

CASTRO, J. **Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. In Campesinato e territórios em disputa. PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. p. 273-301. Expressão Popular, 2008.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

MARTIN, J. Y. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MNCI. **¿Quiénes somos el Movimiento Nacional Campesino Indígena?**. Sem Data.

MOCASE VC. **Memorias de los Orígenes de la central campesina de Pinto**. Santiago del Estero, 2010.

_____. **Memorias de los Orígenes de la central de pequeños productores Ashpa Sumaj**. Santiago del Estero, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008^a.

SOBREIRO FILHO, J. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP**. GeoGraphos, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015b.

_____. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses.** 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013a.

SOUZA, M. L. A “Nova Geração de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Acadêmico Pelo Assunto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009.

SOUZA, M. L. & RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SOUZA, M. L. “**Território**” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 57-72. Expressão Popular, 2009

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

UST. **Tierra, agua y justicia. Uma historia de lucha campesina en Mendoza.** Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

Sobre o autor

José Sobreiro Filho – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Ananindeua. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-4323-1314>

Como citar este artigo

SOBREIRO FILHO, José. Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 27 de julho de 2020.
Devolvido para a revisão em 07 de setembro de 2021.
Aceito para a publicação em 26 de outubro de 2021.
